



Contas de Gerência e Relatório de Atividades 2021

CASLAS 1931 – 2021 90º aniversário

Sonhado por Lucinda Anino dos Santos, o CASLAS, ganhou existência formal no dia 20 de Fevereiro de 1931.

Desde essa data, tem vindo a cumprir a sua missão, ultrapassando sempre os diferentes desafios que a sua longa história lhe colocou.

As assimetrias regionais de um território longe da capital, as enormes desigualdades sociais, uma guerra mundial, a revolução de Abril, o Covid 19, enfim, uma história preenchida por muitas outras histórias.

Desde logo a história da sua fundadora, as histórias de todos os que beneficiaram da sua obra e a de todos os que com ela colaboraram ao longo destes 90 anos, voluntários, trabalhadores e dirigentes, que garantiram não só o cumprimento da missão que traçou, como o alargaram, abraçando os novos desafios de resposta às necessidades da comunidade.

Percorremos o caminho entre o sonho e a realidade que hoje representamos, servimos 824 utentes, 40 formandos e mais de mil beneficiários de medidas sociais com o trabalho dedicado de 202 trabalhadores.

A todos os que no CASLAS trabalharam ao longo destes 90 anos, aos que voluntariamente a ele se dedicaram e à comunidade a que pertencemos, muito obrigado.

A Direção

Embora tenha estado em preparação um programa de comemoração do 90º aniversário do CASLAS, não foi possível concretizá-lo, pelos constrangimentos decorrentes da Pandemia.

Preâmbulo

A atividade do ano de 2021 foi muito condicionada pelo covid 19, nomeadamente pela dificuldade em garantir os recursos humanos necessários para o normal funcionamento das estruturas de atendimento e serviços centrais.

Os isolamentos por infeção, os profiláticos por contato de risco, as baixas por outras razões e o cumprimento legal de férias, colocaram sobre intensa pressão, o dia a dia da equipa CASLAS, que trabalhou num quadro de imprevisibilidade permanente.

Foram muitos os trabalhadores que adiaram férias e os que de casa garantiram o funcionamento da Instituição.

Como no ano anterior, o recurso ao Programa MAREESS, permitiu colocar algumas pessoas em situação de desemprego, como reforço nas estruturas em deficit.

As regras de distanciamento e as normas de utilização de espaços, tiveram um forte impacto na utilização de espaços, transportes e horários de funcionamento, criando constrangimentos vários na atividade regular da Instituição.

Dos períodos de encerramento e dos confinamentos familiares, resultaram os descontos correspondentes nas participações familiares, com impacto na receita.

2021 foi também marcado por alterações no âmbito da cooperação, é o caso da descentralização de competências para as autarquias, que, entretanto, sofreu adiamento e a implementação da gratuidade da creche em pleno desenvolvimento.

A transferência de competências para as autarquias criou a expectativa de solução para o RSI, o seu adiamento, arrasta essa solução para 2022.

A medida de gratuidade nas creches, independentemente da sua bondade, colocou constrangimentos à Instituição, quer nos valores a serem assumidos pelo Estado, quer na demora de pagamento dos mesmos.

Também se verificou por parte do IIEFP, uma análise das candidaturas aos programas de formação profissional de pessoas com deficiência ou incapacidade, baseada no volume de formação executada nos anos anteriores da qual resultou um corte significativo na aprovação da candidatura apresentada, com forte impacto no valor aprovado.

Conscientes das mudanças em curso no âmbito da cooperação e de toda a envolvente económica e social, foi assumido em 2021, o desafio da qualificação e modernização da organização institucional, capaz de acompanhar o ambiente de mudança em que vivemos, servir melhor todos os que são objeto da nossa missão e responder de forma eficiente ao complexo equilíbrio da sustentabilidade.

Com base em anteriores modelos de estrutura orgânica do CASLAS, foi criado um modelo assente em três blocos;

Sede / Serviços Centrais – Unidades de Gestão que garantem o funcionamento Institucional e o cumprimento das obrigações legais com as entidades oficiais.

Estruturas de atendimento – Garantem a missão da Instituição e a execução do plano de atividades aprovado em assembleia geral do CASLAS.

Unidades complementares de Apoio – Apoiam a Direção com suporte técnico e contribuem para o planeamento estratégico da Instituição

Estruturas de atendimento

Infância e Juventude
Proteção crianças e jovens
Deficiência e incapacidade
Comunidade

Sede / Serviços Centrais

Contabilidade e orçamento
Administração e tesouraria
Recursos humanos
Apoio e logística

Unidades complementares

Conselho técnico
Serviço Social
Psicologia
Planeamento e projeto

Handwritten signatures and initials in blue ink.

A família CASLAS em 2021 teve a seguinte composição;

Associados: 183

---- Recursos humanos ----

Na sequência dos períodos de encerramento atividade por decisão da autoridade de saúde, a instituição recorreu ao lay-off simplificado.

Trabalhadores: 202 (quadro)

O quadro de pessoal apresenta uma diminuição de 4 elementos em comparação com o ano de 2020, resultantes de pedidos de rescisão dos próprios trabalhadores sem que se tenha procedido à sua substituição.

distribuição atual dos trabalhadores:

Inf. juventude	Prot.crianças	Def. incapaci.	Comunidade	Serv.centrais	Manutenção
98	18	48	23	10	5

Avenças: 10

Foram mantidas 4 avenças fixas, com dois médicos, uma enfermeira e um gabinete de advogados, as restantes 6 são formadores externos em serviço na URP.

MAREESS: 22

Ao longo do ano foram contratadas através do IEFP, 22 pessoas ao abrigo deste programa, criado especificamente para colmatar falhas de recursos humanos resultantes da pandemia.

Os contratos em causa tiveram a duração das necessidades identificadas, tendo por limite a vigência do programa.

Estágios profissionais: 3

Tendo em conta os constrangimentos resultantes da pandemia, apenas foram realizados 3 estágios.

---- Utilizadores ----

Utentes 824 / Formandos 40

Inf.juventude utentes	Prot.crianças utentes	Def.incapaci. Utentes/formandos	Comunidade Utentes/beneficiários
604	26	60+40	134+1268

Beneficiários:

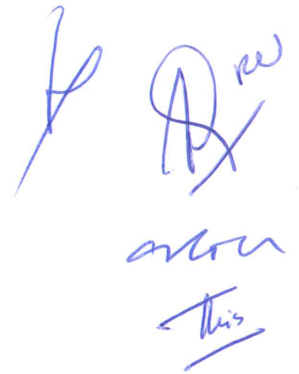
Programa alimentar pessoas carenciadas **224** agregados familiares

Banco alimentar **81** agregados familiares

Rendimento social de inserção **336** beneficiários individuais

Contrato local de desenvolvimento social **627** atendimentos

Da atividade realizada destacamos em 2021;



---- Sede / Serviços Centrais ----

No sentido de adequar a gestão institucional às atuais exigências das entidades oficiais e alcançar níveis de eficiência no funcionamento global do CASLAS, nomeadamente na digitalização e simplificação de processos.

Para o efeito, procedeu-se à reorganização de serviços e reafecção de recursos, desenvolveu-se o sistema de avaliação de desempenho adaptado à realidade institucional, procedeu-se à atualização e aquisição de software de gestão, foram adquiridos computadores e um servidor, foi criado domínio próprio, @caslas e foi proporcionada formação do pessoal no software a utilizar.

----Estruturas de atendimento----

Respostas Sociais

É na ação destas estruturas, que a missão do CASLAS se cumpre diariamente.

Em 2021, os planos de ação de todas as estruturas foram comprometidos pelos constrangimentos já enunciados, ainda assim, importa realçar que o cumprimento base desses planos, foi alcançado.

A ação das estruturas de atendimento, encontram-se detalhadamente apresentadas nos respetivos relatórios de atividades, aprovados pela Direção.

Todas as respostas sociais desenvolvidas no CASLAS, tem por base acordos de cooperação, protocolos, ou programas específicos no âmbito da do Ministério da Segurança Social, do Ministério da Educação e do Instituto do Emprego e Formação Profissional, existindo ainda uma colaboração próxima com os Ministérios da Saúde e da Justiça.

Infância e juventude 604 Crianças

Centros infantis: São João / Stº Amaro / Bensafrim / Luz / Chinicato

Iniciado processo de legalização dos equipamentos em falta, para o qual se contraiu crédito específico para o efeito.

Creche - Frequentam esta resposta social, 213 crianças do escalão etário dos 4 meses aos 3 anos.

Jardim de Infância / pré-escolar - É uma resposta social integrada na Rede Nacional do Ensino Pré-Escolar. Funciona em duas componentes, letiva e de apoio à família, é frequentada em todos os equipamentos num total de 299 crianças, dos 3 aos 6 anos.

CATL – É uma resposta social direcionada ao apoio a crianças em idade escolar, com atividades direcionadas para o estudo e horas livres

É realizado o transporte em autocarro entre a Instituição e a escola, é servido almoço e lanche. Esta resposta social funciona apenas no Centro Infantil de Stº. Amaro, com 92 crianças.

Proteção Crianças e Jovens 26 Jovens

Lar de Jovens é a resposta social que originou a existência da Instituição. É uma resposta social difícil e complexa, que acolhe jovens de ambos os sexos, em situação de proteção decretada por tribunal, em alguns casos com comportamentos muito pouco adequados.

Cabe à equipa do lar ser a sua família no quotidiano do lar, da escola e dos tempos livres. Com uma média de idades de 15 anos são acolhidos no lar 26 jovens

Deficiência e incapacidade 100 Jovens / Adultos

Lar Residencial – É uma resposta social vocacionada para o acolhimento de pessoas com deficiência, sem suporte familiar adequado, onde são prestados os cuidados necessários ao seu bem-estar e desenvolvimento das suas capacidades.

Beneficiaram deste acolhimento 32 jovens / adultos.

Apoio Ocupacional – É uma resposta social dedicada ao desenvolvimento de pessoas com deficiência e incapacidade, onde se trabalham competências e autonomias no sentido de promover a sua inclusão nos espaços comuns da sua comunidade.

Frequentaram esta unidade 28 Jovens

Formação Profissional – Na URP (Unidade de Reabilitação Profissional), financiado pelo IEFP, funciona o Programa de Qualificação das Pessoas com Deficiência e Incapacidades.

Tem por objetivo, através dos cursos ministrados, criar condições de desenvolvimento global e de empregabilidade para os 40 jovens que os frequentaram.

Intervenção Comunitária

134 utentes, 305 agregados familiares, 336 beneficiários individuais e 627 atendimentos

A intervenção comunitária do CASLAS é muito diversificada e chega a um número muito significativo de pessoas que apresentam carências muito distintas.

De matriz idêntica, mas com objetivos diferenciados, **as equipas dos Centros Comunitários Dar a Mão e Duna, do Centro Juvenil, do CLDS 4G e do RSI**, apoiam comunidades em bairros desfavorecidos, apoiam crianças em risco, garantem distribuição alimentar a quem precisa e contribuem para que o rendimento social de inserção chegue a muitos agregados familiares.

Contribuem decisivamente para o desenvolvimento das pessoas, das famílias e da comunidade.

---- Unidades complementares de apoio ----

Criadas conceptualmente em 2021, na realidade ainda não iniciaram atividade por constrangimentos da pandemia.

O grupo de técnicos convidados a integrar a unidade de Planeamento e projeto, elaboraram proposta para as comemorações do 90º aniversário do CASLAS, não tendo sido possível a sua concretização.

Em 2021, apesar dos constrangimentos elencados e em modo menos presencial, foi mantida a participação institucional em diferentes organismos e parcerias.

Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade
União Regional das Instituições Particulares de Solidariedade Social do Algarve
Associação Vicentina
Conselho Municipal de Educação de Lagos
CG do Agrupamento de Escolas Júlio Dantas
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
Instituto de Apoio à Criança
Conselho Local de Ação Social
Equipa Local de Intervenção
Rede Social
EAPN – Rede Europeia Anti Pobreza

A atividade institucional do ano de 2021 está expressa no balanço com o valor de 2.936.604,92€, verificando-se um resultado positivo no valor 119.318,48€.

A Direção

Presidente

José António Carreiro

Vice-Presidente

João António do Rio Rosa Bravo

Secretário

Dr. José Joaquim Pacheco dos Reis

Tesoureira

Dr.ª Ana Maria Martins Ventura

Vogal

Maria Ascensão Rocha

CENTRO A. SOCIAL L. ANINO SANTOS
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Contribuinte: 500877270

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2021	31 DEZ 2020
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		2 137 647,17	2 198 575,73
Bens do património histórico e artístico e cultural		4 085,15	4 085,15
Ativos intangíveis		1 338,26	155,00
Investimentos financeiros		21 541,96	16 930,10
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		81 815,77	81 815,77
		2 246 428,31	2 301 561,75
Activo corrente			
Inventários		550,54	728,91
Créditos a receber		88 138,86	98 786,21
Estado e outros entes públicos		14 334,23	11 564,16
Caixa e depósitos bancários		270 515,79	383 562,94
Gastos a reconhecer		13 189,59	10 789,02
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores...		0,00	0,00
Adiantamentos a fornecedores		2 982,74	2 438,32
Outras contas a receber		300 464,86	159 261,93
		690 176,61	667 131,49
Total do ativo		2 936 604,92	2 968 693,24
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		416 234,11	416 234,11
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		214 375,53	214 375,53
Resultados transitados		-64 621,70	-294 336,21
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		858 605,98	897 563,32
		1 424 593,92	1 233 836,75
Resultado líquido do período		119 318,48	246 005,86
Total dos fundos patrimoniais		1 543 912,40	1 479 842,61
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		632 968,31	517 583,93
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		632 968,31	517 583,93
Passivo corrente			
Fornecedores		120 474,12	219 342,59
Diferimentos		1 132,90	2 553,81
Estado e outros entes públicos		152 996,57	187 279,25
Fundadores/beneméritos/patrocinadores...		0,00	0,00
Outras contas a pagar		441 164,63	418 956,35
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		42 725,66	141 172,62
Adiantamentos a clientes		1 230,33	1 962,08
		759 724,21	971 266,70
Total do passivo		1 392 692,52	1 488 850,63
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2 936 604,92	2 968 693,24

A Direcção

O responsável

[Handwritten signature]
[Handwritten text: "A Direcção"]
[Handwritten text: "que ninguém pode desistir"]
[Handwritten signature]


[Handwritten signature]

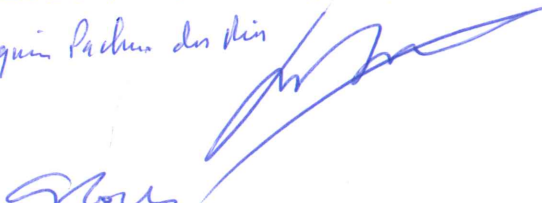
CENTRO A. SOCIAL L. ANINO SANTOS
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021


Contribuinte: 500877270

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	1	753.825,03	747.506,18
Subsídios, doações e legados à exploração		3.615.377,72	3.452.096,03
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		71.968,12	65.964,53
Fornecimentos e serviços externos		660.274,48	522.066,07
Gastos com o pessoal		3.452.698,97	3.211.652,62
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		7.899,05	7.198,72
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		63.457,23	79.107,24
Outros gastos		4.848,58	107.782,85
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		234.970,78	364.044,66
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		98.108,43	102.465,87
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		136.862,35	261.578,79
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		17.543,87	15.572,93
Resultados antes de impostos		119.318,48	246.005,86
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		119.318,48	246.005,86



 que faz parte do inventário
 que pagou Pedro do dia




Conta	Descrição	Acumulado			
		Débito	Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
11	Caixa	152 405,68	150 767,69	1 637,99	0,00
12	Depósitos à ordem	5 647 816,96	5 378 939,16	268 877,80	0,00
21	Clientes e Utentes	1 010 097,70	923 189,17	197 882,30	110 973,77
22	Fornecedores	753 215,89	870 707,27	3 030,14	120 521,52
23	Pessoal	2 340 033,99	2 338 527,03	6 274,10	4 767,14
24	Estado e outros entes públicos	1 234 230,48	1 372 892,82	14 334,23	152 996,57
25	Financiamentos obtidos	4 195 575,89	4 600 780,48	290 148,45	695 353,04
27	Outras contas a receber e a pagar	497 277,89	909 974,00	12 539,11	425 235,22
28	Diferimentos	26 827,19	14 770,50	13 189,59	1 132,90
31	Compras	71 968,12	71 968,12	0,00	0,00
33	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	74 163,82	73 613,28	550,54	0,00
41	Investimentos financeiros	23 802,99	2 261,03	21 541,96	0,00
42	Propriedades de investimento	121 149,28	39 333,51	121 149,28	39 333,51
43	Activos fixos tangíveis	5 125 319,62	3 101 741,78	5 125 319,62	3 101 741,78
44	Activos intangíveis	13 860,06	12 521,80	13 860,06	12 521,80
45	Investimentos em curso	118 154,48	0,00	118 154,48	0,00
51	Fundos	0,00	416 234,11	0,00	416 234,11
55	Reservas	0,00	214 375,53	0,00	214 375,53
56	Resultados transitados	333 455,55	268 833,85	296 327,40	231 705,70
59	Outras variações nos fundos patrimoniais	39 456,33	898 062,31	0,00	858 605,98
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	71 968,12	71 968,12	0,00	0,00
62	Fornecimentos e serviços externos	661 714,50	661 714,50	0,00	0,00
63	Gastos com o Pessoal	3 477 527,18	3 477 527,18	0,00	0,00
64	Gastos de depreciação e de amortização	98 108,43	98 108,43	0,00	0,00
65	Perdas por imparidade	9 787,33	9 787,33	0,00	0,00
68	Outros gastos	4 848,58	4 848,58	0,00	0,00
69	Gastos de financiamento	17 543,87	17 543,87	0,00	0,00
72	Prestações de serviços	759 301,53	759 301,53	0,00	0,00
75	Subsídios, doações e legados à exploração	3 615 377,72	3 615 377,72	0,00	0,00
76	Reversões	1 888,28	1 888,28	0,00	0,00
78	Outros rendimentos	63 532,15	63 532,15	0,00	0,00
81	Resultado líquido do período	4 680 554,12	4 799 872,60	0,00	119 318,48
	Totais	35 240 963,73	35 240 963,73	6 504 817,05	6 504 817,05
	Saldo Geral				

José António
responsável financeiro

José Joaquim Padua dos Reis


CENTRO A. SOCIAL L. ANINO SANTOS
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

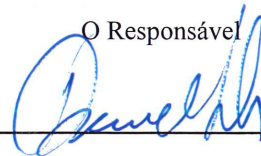
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2021	2020
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		752 833,60	748 401,43
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		34 897,16	3 225,67
Pagamentos de bolsas		23 261,47	99 277,81
Pagamentos a fornecedores		733 898,35	627 729,18
Pagamentos ao pessoal		2 371 737,95	2 182 324,74
Caixa gerada pelas operações		-2 410 961,33	-2 164 155,97
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-240 978,53	-207 827,56
Outros recebimentos/pagamentos		3 379 826,19	3 288 079,03
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		727 886,33	916 095,50
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		6 000,00	5 500,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		6 000,00	5 500,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		760 000,00	985 000,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		3 988,50	13 012,28
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		777 050,39	810 861,84
Juros e gastos similares		7 037,52	4 495,30
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-20 099,41	182 655,14
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		713 786,92	1 104 250,64
Efeito das diferenças de câmbio		0,01	-0,01
Caixa e seus equivalentes no início do período		383 562,94	34 765,57
Caixa e seus equivalentes no fim do período		270 515,79	383 562,94

A Direcção

O Responsável


 Roberto Henriques Venturo
 me Joaquim Pedro do Rio



RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de “Centro de Assistência Social Lucinda Anino dos Santos” (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 2.936.604,92 euros e um total de fundos patrimoniais de 1.543.912,40 euros, incluindo um resultado líquido de 119.318,48 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de “Centro de Assistência Social Lucinda Anino dos Santos”, em 31 de dezembro de 2021, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades da Direção pelas demonstrações financeiras

A Direção é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de atividade nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Lisboa, 15 de março de 2022



António Manuel Castanho Miranda Ribeiro

(Auditor registado na OROC sob o n.º 778 e na CMVM sob o n.º 20160411)